

Servidores aprovam pauta de reivindicações para 2015

Reunidos em assembleia na terça-feira (03/03) os servidores da CLDF definiram a Pauta de Reivindicações 2015 que será entregue à direção da Casa. Tomando como base a pauta de 2014, a categoria avaliou e atualizou os pontos que devem ser apresentados à presidenta Celina Leão, para início das negociações. O texto passou pela revisão da assessoria jurídica da entidade e deve ser levado à direção da Casa em reunião a ser confirmada pela presidência na próxima semana. Confira no verso a pauta para 2015! O texto completo com a descrição de cada item está disponível para visualização e download no site do Sindical: www.sindical.org.br.

Foto: Ana Paula Alves



Categoria aprova 18 itens da pauta de reivindicações para 2015

Nota do Sindical aos Servidores Públicos do Distrito Federal

Em 2007, para adequar-se ao limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os servidores da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do DF sentiram na pele os efeitos do corte de gastos com pessoal com reflexo nos salários e perda de outras conquistas desses trabalhadores.

No ano de 2010, diretores do Sindical, na condição de cidadãos, ingressaram na Justiça com uma Ação Popular para que fossem suspensas as nomeações na Câmara Legislativa, em virtude do desequilíbrio de gastos com a despesa de pessoal, até que a Casa adotasse medidas de adequação conforme dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Em que pese o Sindical ser contrário à LRF, a Ação Popular foi eleita como instrumento para conter a sanha das nomeações políticas em detrimento das conquistas dos trabalhadores, inclusive com ameaças de demissão de servidores concursados.

Portanto, em virtude dessa experiência e entendendo a velha prática de mascarar a administração da coisa pública e penalizar os trabalhadores a qualquer preço é que o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Sindical) manifesta-se junto a todos servidores públicos do Distrito Federal na luta pela manutenção de suas conquistas.

Pauta de Reivindicações 2015

1. Profissionalização da Câmara Legislativa com a aprovação da proposta de reestruturação administrativa defendida pelo Sindicato com a garantia da participação da entidade nos debates sobre as mudanças.
2. Reposição das perdas inflacionárias e ganho real de 2%.
3. Revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).
4. Pagamento de Gratificação de Atividade Policial.
5. Pagamento do retroativo da diferença do FC-01 e sua incorporação integral a tabela salarial dos servidores efetivos.
6. Extensão do auxílio-alimentação para os aposentados.
7. Alteração de índice de correção do auxílio-alimentação (LC 840/2011, arts. 111 e 112).
8. Mudar o caráter do Auxílio-Creche, para auxílio escolar, permitindo o atendimento aos dependentes dos servidores ativos, inativos e pensionistas até a conclusão do ensino fundamental e revisão do mecanismo de reajuste dos valores do benefício com base nos índices praticados pelas escolas particulares do DF.
9. Concessão do Auxílio Educacional na forma de benefício visando financiar a formação superior dos servidores efetivos da carreira legislativa.
10. Suspender a cobrança do imposto de renda sobre o abono de permanência e o pagamento dos valores deduzidos indevidamente. O
11. Suspender a cobrança do imposto de renda sobre o “auxílio-creche” e o pagamento dos valores deduzidos indevidamente.
12. FASCAL: composição paritária no Conselho Administrativo, revisão da Resolução 155/1999 com a participação do Sindical, ampliação da rede conveniada, com inclusão da rede hospitalar do entorno – RIDE, e manutenção de Plano Nacional.
13. Realização de concurso público para reposição dos cargos vagos, após a revisão do PCCR.
14. Melhoria de condições de trabalho dos servidores da CLDF, instituindo programas de melhoria da qualidade de vida e exercícios laborais (acessibilidade e mobiliário ergonômico).
15. Reconhecimento das condições de insalubridade, de periculosidade e de penosidade no âmbito da CLDF.
16. Considerar para todos os efeitos o tempo de exercício em sociedade de economias mistas e estatais, incluindo as esferas estaduais e municipais, bem como aquele acumulado no desempenho de atividades especiais.
17. Pagamento das diferenças decorrentes dos reajustes ocorridos no abono pago na forma de parcela Auxílio-Alimentação.
18. Promoção de 6 (seis) padrões ao servidor que requerer aposentadoria.